

Relatório de Pesquisa # 04

Brasília, 15 de julho de 2021.



Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia

Ativismo digital indígena e a campanha
#VacinaParente

Ananda Carvalho Cruz

Estudante de graduação do curso de Ciência Política da Universidade de Brasília.

Como citar o documento: Cruz, Ananda. “Ativismo digital indígena e a campanha #vacinaparente”, Relatório de Pesquisa # 04, Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia, Brasília, 15 de julho de 2021, disponível em: <http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>

Introdução¹

Desde março de 2020, o Brasil tem lidado com a pandemia do novo coronavírus. Essa doença respiratória, que se espalhou rapidamente ao redor do mundo, já infectou cerca de 19 milhões de brasileiros e fez mais de 500 mil vítimas no país. Os danos da pandemia também incluem impactos sociais, econômicos, culturais e políticos. Além disso, a heterogeneidade regional, cultural e econômica do Brasil faz com que seja necessário dar atenção a populações específicas nesse momento, pois alguns grupos se encontram em situação de maior vulnerabilidade. É o caso dos povos indígenas, que têm sido drasticamente afetados pela pandemia. De acordo com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), os povos originários são os mais vulneráveis a viroses, especialmente a infecções respiratórias como a Covid-19. [As doenças respiratórias são, ainda hoje, a principal causa de mortalidade infantil entre indígenas. De acordo com o Instituto Socioambiental \(ISA\), os povos indígenas são mais vulneráveis a epidemias em função de condições sociais, econômicas e de saúde piores do que as dos não indígenas.](#)

Desde 2010, o Subsistema de Saúde Indígena do SUS é responsabilidade da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que administra os DSEIs (Distritos Sanitários Especiais Indígenas). [Ao todo, são 34 DSEIs que foram delimitados a partir de critérios epidemiológicos, geográficos e etnográficos.](#) Cada distrito possui um conjunto de equipamentos que permitem apenas a realização de atendimentos de casos simples. Ocorrências mais complexas precisam recorrer a hospitais regionais. Isso demonstra a dificuldade dos povos indígenas no acesso aos serviços de saúde, que ocorre tanto pelas questões geográficas, como pela insuficiência das equipes para o atendimento.

Além das questões relacionadas à ineficiência das políticas de saúde indígena, é fato que a contaminação desses povos está diretamente associada à prática de grilagem e garimpo ilegal em suas terras. De acordo com os dados do Inpe, entre janeiro a maio de 2020 houve na Amazônia legal um aumento dos alertas de desmatamento de 32% em relação ao mesmo período do ano anterior². Ademais, 90% do desmatamento acumulado no período de 2019 a 2020 ocorreu em 23 terras indígenas. O esforço empregado por não-indígenas na exploração das florestas apresenta um problema não apenas para o meio ambiente, mas também porque permite a maior disseminação de doenças. Devido à alta transmissibilidade da Covid-19, a circulação ilegal dessas pessoas nas terras indígenas tem contribuído para o aumento alarmante de casos nas comunidades.

¹ Agradeço os membros do grupo de pesquisa Resocie pelas sugestões e críticas apresentadas a uma versão anterior deste Relatório.

² Ver <http://www.inpe.br/>, acessado pela última vez em 13 de julho de 2021.



De acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), até julho de 2021 foram registrados mais de 56 mil casos de indígenas contaminados com a Covid-19, dentre os quais cerca de 1130 não sobreviveram. No total, foram 163 povos afetados pela doença.³ Portanto, pode-se dizer que a vulnerabilidade social, relacionada a precariedade do acesso à saúde que os povos indígenas vivenciam, tem atuado conjuntamente com o aumento significativo da exploração das terras para criar um cenário no qual há grande risco de contaminação e baixo alcance a tratamentos adequados. Para além desses fatores, podemos citar ainda profissionais da saúde que levaram o vírus para aldeias e casos de indígenas que se contaminaram ao buscar o auxílio emergencial nas cidades.

Mesmo diante deste cenário, o governo federal tem tomado medidas de baixa eficiência para enfrentar esses problemas. De acordo com dados do portal do orçamento do Senado Federal, o gasto do governo com a saúde indígena foi menor nos meses de abril e maio de 2020 do que os recursos investidos nestes mesmos meses no ano anterior⁴. Além do pouco interesse em encontrar meios para contornar a situação, verificou-se também uma série de medidas anti-indigenistas por parte do governo, que apenas agravaram a situação. Em julho de 2020, o presidente Bolsonaro vetou trechos importantes da Lei 14.021/2020⁵ que previam medidas de proteção às comunidades indígenas. Já em outubro do mesmo ano, foi enviado à Câmara o PL 191/2020⁶, que buscava definir “condições específicas para a pesquisa e lavra de recursos minerais, inclusive a lavra garimpeira, petróleo, gás, e geração de energia hidrelétrica em terras indígenas”. Tal proposição, assinada pelo Presidente da República, é uma forma de legitimar o crime de invasões em terras demarcadas.

³ Ver <https://covid19.socioambiental.org/>, acessado pela última vez em 13 de julho de 2021.

⁴ Os dados estão disponíveis no Portal Siga Brasil do Senado Federal: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>; para saber mais sobre a execução orçamentária da saúde indígena durante a pandemia ver <https://www.inesc.org.br/execucao-orientada-da-saude-indigena-diante-da-pandemia-do-novo-coronavirus/>

⁵ Ver <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2020/lei-14021-7-julho-2020-790392-norma-pl.html>, acessado pela última vez em 14 de julho de 2021.

⁶ Ver <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2236765>, acessado pela última vez em 14 de julho de 2021.



A resistência dos povos indígenas através do ativismo digital

Ativismo digital indígena

O genocídio dos povos originários é institucional. Os esforços negacionistas e de inviabilização das vidas colocam os povos indígenas como alvo de opressões sociopolíticas e econômicas. Essa atuação vai muito além de um ato de irresponsabilidade por parte do Estado para com esses povos, pois configura uma dinâmica que apoia o etnocídio. Entretanto, a resistência dos grupos indígenas se faz presente. Em resposta à negligência do Estado, eles procuram se organizar a fim de desempenhar estratégias de prevenção, controle e monitoramento. Atualmente, uma das grandes aliadas da causa indígena é a Internet. Por meio das mídias sociais, é possível compartilhar informações, fazer denúncias, engajar e dar mais visibilidade ao movimento.

De modo geral, o ativismo digital tem ganhado cada vez mais espaço no campo político pelo fato de que o ambiente virtual possibilita uma nova forma de participação que rompe com o tradicional. Observa-se que na relação que tem sido desenvolvida entre Internet e política, o fluxo de informações e comunicação é mais intenso e isso permite uma visibilidade mais abrangente dos movimentos. De acordo com Castells (2013), a Internet permite que as relações em sociedade sejam reinventadas e isso é perceptível na sensação de proximidade e no sentimento de coletividade que as redes conseguem agregar aos ativismos. Além disso, Castells (2013) ressalta ainda que “a construção autônoma das redes sociais controladas e guiadas por seus usuários é a grande transformação social do século XXI”.

Entretanto, é necessário levar em consideração o pensamento de Haraway (2019) acerca da tecnologia. As soluções tecnológicas não devem ser tratadas como entidades religiosas. A internet não virá em resgate das criaturas, como uma promessa divina. Mas também não deve ser lida como tecno-apocalítica, que se rebelará contra tudo e todos. Os projetos tecnológicos devem ser adaptados aos seus povos, a partir de suas autonomias, e coisas importantes podem acontecer nesse sentido. Devemos então aprender a conectar todos esses elementos distintos de forma a contribuir, para vivermos em conjunto com tecnologias, diferenças cosmológicas, diferenças de natureza, humanos e não-humanos (FRANCO e DA SILVA, 2020). De acordo com Franco e da Silva, a atuação do movimento indígena na Internet tem se construído a partir do



net-ativismo. Este conceito está relacionado ao contexto hipercomplexo que opera na relação dos indígenas com o mundo.

Contudo, o uso da Internet pelas comunidades indígenas tem passado por um lento processo de ampliação e enfrentado diversos obstáculos. Durante o 1º Simpósio Indígena sobre o Uso da Internet⁷, ocorrido em 2010, os 24 representantes de comunidades indígenas, oriundos de 16 povos e 13 estados do Brasil, dialogaram sobre o uso cotidiano dessa tecnologia nas aldeias e as dificuldades existentes. Dentre os principais problemas, foram identificados: a precária conexão da Internet em alguns pontos, a carência de equipamentos e manutenção necessárias e a falta de formação de uma equipe técnica. Além disso, dados da pesquisa TIC Domicílios 2019⁸ mostram que somente 48% dos indígenas já utilizaram computador pelo menos uma vez na vida, sendo que, entre as pessoas brancas, esse índice é de 63%. Outro dado interessante que a pesquisa revela é o fato de que 75% dos indígenas utilizam a internet exclusivamente pelo celular, numa proporção superior à das pessoas brancas, que corresponde a 51%.

Mesmo diante de tantos impasses, ameríndios, ONGs e associações indígenas procuram formas de se organizar através das mídias sociais. Segundo o mapeamento feito por Franco (2019), com 120 etnias brasileiras identificadas, notou-se que as línguas nativas continuam a ser usadas mesmo no ambiente tecnológico. Experiências cosmológicas e xamânicas são compartilhadas e perfis nas mídias sociais se organizam para as práticas de ativismo digital. Um exemplo é a Rede Wayuri⁹, que foi criada em 2017 por 20 comunicadores indígenas de 10 etnias distintas do Alto Rio Negro, no Estado do Amazonas. O trabalho consiste na divulgação de podcasts, gravados tanto em português como nos idiomas locais, que circulam por meio de grandes plataformas como Spotify e SoundCloud, mas principalmente por WhatsApp.

O movimento também tem ganhado notoriedade nas mídias sociais por meio de influenciadores digitais indígenas. A nova geração tem marcado presença ao chamar atenção para a produção cultural das comunidades, debater questões de gênero e sexualidade e até mesmo ao utilizar o humor para derrubar estigmas. Com milhares de seguidores em mídias sociais como Instagram, Twitter, Facebook, YouTube e TikTok, esses novos influenciadores têm, atualmente, exposto e debatido a situação de seus povos diante da pandemia de Covid-19. Entre alguns exemplos, é possível citar a rapper Katú Mirim¹⁰, que em 2018 encabeçou a campanha #ÍndioNãoÉFantasia; também Daiara

⁷ Ver <https://www.usp.br/nhii/simposio.html>, acessado pela última vez em 14 de julho de 2021.

⁸ Ver https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf, acessado pela última vez em 14 de julho de 2021.

⁹ Ver <https://foirn.org.br/rede-de-comunicadores-indigenas-do-rio-negro/>, acessado pela última vez em 14 de julho de 2021.

¹⁰ Ver <https://www.instagram.com/katumirim/?hl=pt-br>



Tukano¹¹, que possui cerca de 35 mil seguidores no Instagram, e é coordenadora da primeira web rádio indígena do Brasil, a Rádio Yandê; Elison Santos, estudante de medicina da UnB e administrador da página “Indígena Memes”¹², no Instagram; Alice Pataxó¹³, que reúne mais 80 mil seguidores em seu perfil no Twitter e possui o canal Nuhé na plataforma do YouTube; e por fim, Tukumã Pataxó¹⁴, que utiliza sua conta no TikTok para discutir assuntos importantes de maneira bem-humorada. Um de seus vídeos chegou a ser visto mais de um milhão de vezes em um único dia.

Ativismo digital indígena em meio à pandemia

O acesso à Internet tem sido um forte aliado na superação de obstáculos gerados pela pandemia. Com a Internet, é facilitada a comunicação entre as aldeias indígenas, há a possibilidade de acesso ao aplicativo da Caixa Econômica Federal (pelo qual ocorre a solicitação do auxílio emergencial) e às demais informações acerca da Covid-19. Na plataforma do Instagram, uma série de páginas têm sido cruciais no combate à disseminação da Covid-19 nas comunidades indígenas. Tais páginas não estão necessariamente relacionadas a nenhum influenciador específico, mas possuem grande relevância. Entre os perfis que mais se destacam no Instagram é possível citar: @apiboficial; @coiabamazonia; @midiaindiaoficial; e @visibilidadeindigena. As publicações recentes feitas nas páginas buscam elucidar dúvidas comuns acerca da Covid-19, incentivar a vacinação e também fazer críticas à gestão do governo em meio à crise sanitária.

Apesar de não ser o perfil escolhido para análise neste relatório, é interessante evidenciar a atuação do @coiabamazonia. A página da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) no Instagram possuía, em meados de julho de 2021, cerca de 18,7 mil seguidores e 1691 publicações. A coordenação existe há 31 anos e possui um histórico de produção multimídia em busca de visibilidade e notoriedade para as causas indígenas. Uma das iniciativas da COIAB foi a criação do aplicativo para telefones celulares “Alerta Indígena COVID-19”¹⁵. Lançado em setembro de 2020, o aplicativo é gratuito e tem a função de mapear de forma atualizada a situação da pandemia em cidades num raio de 100 quilômetros ao redor de cada terra indígena. Tais informações têm como objetivo ajudar a reduzir os riscos de contaminação entre as aldeias e as cidades, pois permite que os indivíduos estejam cientes da situação caso precisem se deslocar a um município próximo. Além disso, o aplicativo ainda reúne os dados de casos confirmados e de óbitos nos DSEIs da Amazônia brasileira, e permite que

¹¹ Ver <https://www.instagram.com/daiaratukano/?hl=pt-br>

¹² Ver https://www.instagram.com/indigena_memes/?hl=pt-br

¹³ Ver https://www.instagram.com/alice_pataxo/?hl=pt-br

¹⁴ Ver https://www.instagram.com/tukuma_pataxo/?hl=pt-br

¹⁵ Ver <https://ipam.org.br/novo-aplicativo-auxilia-povos-indigenas-da-amazonia-a-se-protegerem-da-covid-19/>, acessado pela última vez em 14 de julho de 2021.



indígenas de referência da COIAB façam o registro de novos casos de covid-19 entre esses povos.

Para uma análise mais detalhada, foi escolhido o perfil @apiboficial no Instagram, pelo modo como este tem atuado na coleta de dados e pelo fato de ter encabeçado a campanha #vacinaparente. Foi preferida a plataforma do Instagram devido à sua popularidade e capilaridade.

Atuação do perfil @apiboficial durante a pandemia e a campanha #vacinaparente

A APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) foi criada pelo Acampamento Terra Livre (ATL) de 2005, que trabalha para tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado brasileiro o atendimento de suas demandas. A APIB é uma instância de referência nacional do movimento indígena no Brasil. Ela aglutina as organizações regionais indígenas e nasceu com o propósito de fortalecer a união dos povos originários e a articulação entre as diferentes regiões. Além disso, atua também na mobilização desses povos contra as ameaças e agressões aos seus direitos. Fazem parte da APIB as seguintes organizações indígenas regionais: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Conselho do Povo Terena, Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE), Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), Grande Assembleia do povo Guarani (ATY GUASU), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Comissão Guarani Yvyrupa.

Em meio à pandemia, a APIB tem se movimentado para lidar com a crise que os povos indígenas vêm sofrendo. De acordo com o Manifesto “Nossa luta é pela vida”¹⁶, divulgado pela APIB em novembro de 2020: “A pandemia expôs a política do ódio que a APIB já vinha denunciando. Acelerou ainda mais a violência política e a perseguição. De março a novembro, foram registradas mais de 200 violações de direitos humanos fundamentais cometidas contra os povos indígenas. Uma situação alarmante que se agrava a cada dia”. Uma das medidas que a Articulação encontrou para monitorar de forma mais eficiente os casos de Covid-19 entre os povos indígenas é fazer uma coleta de dados mais ampla do que a da Sesai. A APIB percebeu que a Sesai reportava apenas os casos por ela assistidos, e, portanto, havia uma disparidade com relação aos números percebidos cotidianamente pelos próprios indígenas. Durante a reunião virtual da

¹⁶ Ver <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/relatorio/>



Assembleia Nacional da Resistência Indígena, ocorrida em 2020, foi criado o Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, da APIB. O comitê tem feito, de forma independente, o monitoramento dos casos desde abril de 2020, junto com as demais organizações regionais.

O ativismo desempenhado pela APIB se estende através das mídias sociais. Ao estar conectada às plataformas digitais, a APIB possibilitou aos povos indígenas “a expansão de seu território e seu ecossistema, estendendo-o por meio de um dinamismo meta-geográfico que o conecta aos outros povos e a outros contextos culturais globais, alterando as suas formas comunicativas do habitar” (DI FELICE, 2016 apud FRANCO et al., 2020). Por meio da prática do net-ativismo, o perfil do Instagram @apiboficial tem se posicionado a favor da luta contra o avanço da Covid-19 e da resistência ao descaso que as comunidades têm vivenciado, devido à fraca atuação do governo federal. Além das publicações informativas que a página propõe, foi produzida ainda a campanha #vacinaparente.

Até meados de julho de 2021, o perfil @apiboficial contava com cerca de 124 mil seguidores e mais de 5 mil publicações. No geral, as postagens da página apresentam uma vertente de comunicação mais centrada em temas políticos e legislativos, abordando temáticas relacionadas a campanhas e projetos de lei que assegurem os direitos dos povos originários. Um dos assuntos mais recorrentes entre as postagens é a invasão de garimpeiros e grileiros nas terras indígenas. Nesse sentido, a página informa sobre projetos de lei que beneficiam essas práticas (Figura 1). Outras denúncias políticas que o perfil costuma fazer estão relacionadas à atuação da Funai (Figura 2).

Figura 1 – Postagem #GrilagemNã

(28 de abril de 2021)



Figura 2 – Postagem Funai (6 de maio de 2021)



Fonte: Página do perfil @apiboficial no Instagram

Desde o início da pandemia, o perfil da APIB no Instagram tem procurado trazer informações sobre o novo coronavírus e ressaltar a importância das práticas de proteção protocoladas pela OMS. Além disso, há uma forte preocupação em combater a desinformação e incentivar a vacinação. O problema das notícias falsas tem se configurado como um obstáculo para a imunização. Uma reportagem da BBC News



Brasil de 2021 mostrou que notícias falsas, que fazem questionamentos sem base científica à segurança dos imunizantes, têm se espalhado por meio do WhatsApp nas comunidades indígenas¹⁷. Com isso, muitos indígenas estão se recusando a tomar a vacina. Os impactos concretos que a desinformação tem causado nos povos originários podem ser averiguados através de uma simples comparação. De acordo com a Sesai, a cobertura da vacina contra a gripe, que é aplicada em adultos, saltou de 75% em 2011 para 90% em 2019. Isso demonstra que a cobertura vacinal da população indígena vinha aumentando significativamente desde 2011. Entretanto, durante quase três meses de vacinação contra a Covid-19, receberam a primeira dose apenas 68% dos 410 mil indígenas que vivem em aldeias e são maiores de 18 anos.

Nesse sentido, a APIB tem se esforçado em suas mídias sociais para melhor informar e convencer cada vez mais indígenas a tomar a vacina. Em janeiro de 2021, foi lançada a campanha #vacinaparente, encabeçada pela APIB e compartilhada pelas demais organizações indígenas. A hashtag apareceu depois que a APIB atuou junto ao Supremo Tribunal Federal a fim de garantir a inclusão dos povos indígenas como grupo prioritário na vacinação contra a Covid-19¹⁸. A campanha integra as ações do plano Emergência Indígena, que visa desenvolver ações de articulação política, judiciais e de comunicação. A forma como o perfil @apiboficial tem feito o engajamento se dá por meio de vídeos e fotos de caráter informativo. Outras hashtags que compõem a campanha são: #vidasindigenasimportam e #AmazôniaVacinada.

A análise das postagens que compõem a campanha mostra três tipos de estratégias diferentes. O primeiro tipo procura chamar a atenção do público geral para a maior vulnerabilidade dos povos indígenas, esclarecendo sobre o assunto (Figura 3). Nessa categoria, há ainda a intenção de trazer informações atualizadas acerca dos dados de vacinação entre os indígenas (Figura 4). É interessante observar que as postagens desse tipo foram replicadas 3 vezes, cada uma em uma língua diferente (português, inglês e espanhol). Isso demonstra a intenção da APIB em gerar mais visibilidade internacional ao contexto pandêmico específico que está sendo vivenciado pelos indígenas. A Figura 4 contém ainda a versão indígena do personagem “Zé Gotinha”, que além de ser ícone na foto de perfil da página no Instagram, também aparece em outra postagem num tom bem-humorado, pois faz referência a um meme (Figura 5). A utilização do personagem e a menção que faz ao meme são estratégias que buscam captar atenção dos usuários, principalmente os mais jovens.

¹⁷ Ver <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56433811>, acessado pela última vez em 14 de julho de 2021.

¹⁸ A ADPF 709/2020 foi apresentada, em julho do ano passado, pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), junto com partidos de oposição e organizações parceiras para obrigar o governo a combater a pandemia entre as populações originárias.



Figura 3 – Postagem Vacinação (10 de maio 2021)



Figura 4 – Mosaico de postagens Zé Gotinha (4 de maio 2021)

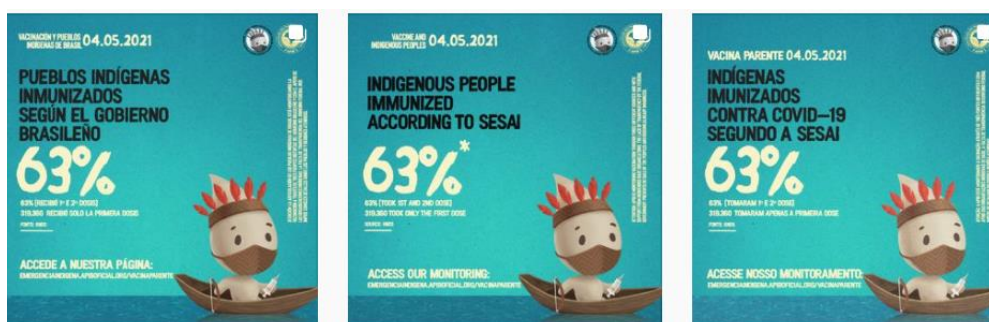


Figura 5 – Postagem Zé Gotinha meme (27 de abril 2021)



Fonte: Página do perfil @apiboficial no Instagram

O segundo tipo é dirigido ao público indígena. Boa parte das postagens que se encaixam nessa categoria procuram disseminar informações confiáveis e elucidar as dúvidas mais comuns acerca da vacina (Figura 6). Essa estratégia também traz o relato de indígenas que já foram vacinados. Em um dos vídeos publicados pela @apiboficial, uma profissional da saúde indígena é imunizada e encoraja a vacinação, falando tanto em português como em seu dialeto (Figura 7). Há também diversas publicações de charges, cada qual mostrando um comunicador indígena diferente. A intenção nesse caso é justamente “marcar” esses influenciadores e fazer com que a campanha tenha mais



visibilidade. Todas essas estratégias passam uma mensagem de confiança e são capazes de agregar legitimidade à campanha.

Figura 6 – Postagem Vacinas (30 de abril 2021)



Figura 7 – Vídeo Enfermeira (27 de abril 2021)



Fonte: Página do perfil @apiboficial no Instagram

Por fim, na terceira categoria, as postagens de relevância da página que levantam a hashtag possuem um caráter mais político. Exemplos disso podem ser confirmados por meio da publicação de um vídeo que alerta para os perigos das notícias falsas, colocando-as como o verdadeiro vírus a ser enfrentado. O vídeo ainda faz duras críticas ao governo atual e às falas do Presidente da República acerca da pandemia (Figura 8). Outra postagem ressalta que “Não são números, são vidas” (Figura 9). Apesar desta publicação trazer informações quantitativas sobre os casos (promovendo assim o monitoramento feito pela própria ABIP), observa-se também o cuidado do perfil em ressaltar a importância de cada vida indígena que foi acometida pela doença.

Figura 9 – Vídeo Campanha (9 de maio 2021) **Figura 10** – Postagem Vidas Indígenas (4 de abril 2021)



Fonte: Página do perfil @apiboficial no Instagram

Comentários Finais

A análise acerca do perfil oficial da APIB no Instagram demonstra o potencial comunicativo e de articulação dos povos indígenas por meio das mídias sociais. O conteúdo produzido pela página da APIB se destaca pelo engajamento que é capaz de estimular. Seja por meio de criação de campanhas, divulgação de projetos ou através de *lives*, o perfil da APIB consegue chamar a atenção do público e promover a discussão de assuntos importantes. O caráter político que as postagens possuem é de extrema importância nesse sentido, pois demonstra que a luta desses povos em prol de seus direitos tem se renovado e buscado formas de se expandir por meio do ambiente virtual.

Durante a pandemia, em meio a um contexto de isolamento social, a atuação virtual da APIB se mostrou ainda mais importante. A divulgação do manifesto “Nossa luta é pela vida”, que reúne informações e argumentos que comprovam a vulnerabilidade indígena, é de grande importância para que a sociedade brasileira tome conhecimento da realidade que os povos originários vêm enfrentando. Ao coletar e a divulgar dados sobre contaminação e vacinação indígena, a APIB é capaz tanto de conscientizar como de denunciar. Além disso, a iniciativa de criar a campanha #vacinaparente é fruto da necessidade de conversar diretamente com os demais indígenas (ou “parentes”). Ao promover uma campanha feita por indígenas e direcionada aos demais indígenas, a APIB consegue passar a confiança necessária, capaz de convencer acerca da vacinação.

A importância da campanha #vacinaparente pode ser entendida a partir da relação que se estabelece entre a disseminação de notícias falsas e as dificuldades que a vacinação dos povos indígenas vem enfrentando. Nesse sentido, ao perceber que a raiz do problema está associada às plataformas digitais, a APIB decidiu usar as mesmas como parte da solução. Recursos como vídeos e fotos são utilizados de maneiras diferentes a depender da estratégia. Como apontado no relatório, foram identificados três tipos de



estratégias principais: (i) informar o público geral sobre a vulnerabilidade indígena; (ii) disseminar informações confiáveis ao público indígena sobre a Covid-19 e a vacinação; (iii) fazer críticas e denúncias de caráter político. A segunda categoria é uma das mais importantes e eficazes para o propósito da vacinação, pois ao trazer lideranças indígenas importantes, o perfil procura legitimar a causa e assim encorajar ameríndios das mais diversas etnias a aderir à imunização. O impacto das estratégias empregadas pela campanha na vacinação indígena poderá ser medido futuramente. Mas para além da vacinação em si, a campanha ainda é capaz de gerar visibilidade para a situação dos povos indígenas em meio ao contexto pandêmico e, assim, pressionar politicamente o governo brasileiro em prol da defesa de seus direitos.

A partir da investigação feita, é possível refletir sobre a importância do ativismo digital indígena no contexto social e político brasileiro. As plataformas digitais se delineiam como uma arena de ocupação em defesa da sobrevivência desses povos e de suas cosmologias, suas formas de viver, de habitar, seus conhecimentos, práticas e formas de expressão (FRANCO e DA SILVA, 2020). A presença cada vez maior desses povos no ambiente virtual permite a expansão de sua relação com seus parentes e com o resto do mundo. Além disso, o ativismo digital indígena é também uma forma de desconstruir o lugar específico que os povos originários têm ocupado no imaginário dos brasileiros. É necessário repensar nas concepções que fazem menção a um passado distante e estático e reconhecer a autonomia desses povos que têm narrado suas histórias em primeira pessoa através da Internet.

Referências

- ANDRADE, R. 2020. Influenciadores indígenas usam redes para mudar visões preconceituosas. Metrôpoles. 13 set. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/comportamento/influenciadores-indigenas-usam-redes-para-mudar-visoes-preconceituosas>>. Acesso em: 12, maio, 2021.
- APIB. 2021. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Instagram: @apiboficial. Disponível em: <<https://www.instagram.com/apiboficial>>. Acesso em: 10, maio, 2021.
- APIB. 2020. PANORAMA GERAL DA Covid-19. Disponível em: <<http://apib.info>>. Acesso em: 10 maio, 2021.
- CASTELLS, M. 2013. Redes de Indignação e Esperança: movimento sociais na era da internet, Rio de Janeiro: Zahar.
- CETIC. 2019. Pesquisa TIC domicílios - Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros.
- Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena. 2020. Manifesto “Nossa luta é pela vida: o enfrentamento das violências durante a pandemia”. Novembro. Disponível em: <<https://emergenciaindigena.apiboficial.org/en/relatorio-apib/>>. Acesso em: 10, maio, 2021.



- DI FELICE, M. 2017. Net-attivismo, dall azione sociale all atto connettivo. Roma: Ed. Estemporanee.
- FRANCO, T., & DA SILVA, M. 2020. Cosmofagia e net-ativismo indígena brasileiro, durante a pandemia da Covid-19. Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación, 1(145), 181-196.
- FRANCO, T. C., FELICE, M. D., & PEREIRA, E. d. S. 2020. O net-ativismo indígena na Amazônia, em contextos pandêmicos. Estudos em Comunicação. Communication Studies, 31.
- GRAGNANI, J. 2021. Epidemia de fake news ameaça vacinação em terras indígenas. BBC News Brasil. 22 março. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56433811>>. Acesso em: 12, maio, 2021.
- HARAWAY, D. 2019. Seguir con el problema. Generar parentesco en el Chthuluceno. Edición Consonni: Bilbao.
- INPE. 2021. Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br>>. Acesso em: 10, maio, 2021.
- IPAM. 2020. Novo aplicativo auxilia povos indígenas a se protegerem da covid-19. Disponível em: <<https://ipam.org.br/novo-aplicativo-auxilia-povos-indigenas-da-amazonia-a-se-protegerem-da-covid-19/>>. Acesso em: 12, maio, 2021.
- ISA. 2020. Covid-19 e os Povos Indígenas. Disponível em: <<https://covid19.socioambiental.org>>. Acesso em: 10, maio, 2021.
- MODESTO, J., NEVES, I. 2020. Povos indígenas em contexto de crise sanitária: reflexões sobre estratégias de enfrentamento à covid-19. Vukápanavo: Revista Terena, nº 04, Out/Nov.
- NHII. 2010. 1º simpósio indígena sobre usos da internet no brasil. Disponível em: <<https://www.usp.br/nhii/simposio.html>>. Acesso em: 12, maio, 2021.
- OVIEDO A. et al. 2020. Relatório Técnico sobre risco iminente de contaminação de populações indígenas pelo novo coronavírus em razão da ação de invasores ilegais. Instituto Socioambiental (ISA). Vukápanavo: Revista Terena, nº 04, Out/Nov.
- PAIVA, V. 2021. Rede Wayuri: o coletivo de jornalismo criado por jovens indígenas que faz toda a diferença na Amazônia. Hypesess. 11 março. Disponível em: <<https://www.hypesess.com.br/2021/03/rede-wayuri-o-coletivo-de-jornalismo-criado-por-jovens-indigenas-que-faz-toda-a-diferenca-na-amazonia/>>. Acesso em: 12, maio, 2021.
- PIB. 2018. Saúde indígena: caos e retrocesso. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Sa%C3%BAdede_Ind%C3%ADgena>. Acesso em: 11, maio, 2021.
- SENADO FEDERAL. 2020. Siga Brasil. Orçamento Federal. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br>>. Acesso em: 10, maio, 2021.
- SOUZA, R. K. e TOMIZAWA, G. 2014. Ciberinclusão Indígena: A defesa do acesso à internet como forma de transmissão cultural. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano IV.

